

Atualização das iniciativas ITE do CCV

(D1 do plano de trabalhos do GTT ITE)

O Grupo de Trabalho Temático Indústria Transformadora e Extrativa (GTT ITE), criado por deliberação do plenário de 13 de novembro de 2015 da Coligação para o Crescimento Verde - adiante designada por Coligação -, iniciou atividade em 15 de novembro de 2016.

Tendo em consideração a missão da Coligação de aconselhamento ao governo no âmbito da execução do Compromisso para o Crescimento Verde (CCV) e das políticas de fomento do crescimento verde, o GTT ITE tem por objetivo definir um método de trabalho que contribua ativamente para a execução de ações conducentes à obtenção de resultados no âmbito das iniciativas Indústria Transformadora e Extrativa (ITE) e de outras iniciativas do CCV para as quais as atividades destes setores relevem, e ainda para as metas do Compromisso para o Crescimento Verde.

Assim, incumbe a este GTT, entre outras, a participação no acompanhamento da execução do Compromisso para o Crescimento Verde nas matérias que se ligam com a temática ITE, a formulação de propostas com vista à atualização ou clarificação do conteúdo do Compromisso, e a elaboração de recomendações ou pareceres com vista à boa execução do preconizado pelo CCV e à dinamização da intervenção e articulação das entidades relevantes para esses fins.

Neste contexto, logo no início dos trabalhos, o GTT ITE identificou, no que se refere ao conteúdo do Compromisso, duas necessidades:

- efetuar um ponto de situação sobre a implementação/execução das iniciativas temáticas do CCV de modo a conhecer o ponto de partida;
- clarificar as iniciativas e os parâmetros caracterizadores destas, seus indicadores de sucesso, seu enquadramento e transversalidade da sua relevância.

Considerou-se por isso essencial que, respeitando as iniciativas inicialmente definidas, se procedesse à consolidação do conteúdo do CCV/ITE, avaliando a formulação das iniciativas e clarificando o âmbito da abrangência e também os indicadores de sucesso, levando em conta designadamente, as possibilidades e limitações de monitorização. O prévio resultado desta consolidação de conteúdo é fundamental para a definição do plano de ação e respetiva monitorização da sua evolução.

Para levar a efeito este objetivo de estabilização do ponto de partida, a coordenação do GTT (SECCV e Eng.º Luís Araújo), os pontos focais de acompanhamento e as restantes entidades do GTT procederam a uma avaliação e reformulação das iniciativas, de onde resultou a formulação da nova IND2, a fusão das iniciativas originais, 4 e 5, numa única iniciativa - IND5 e uma melhor especificação do conteúdo das iniciativas ITE e respetivos indicadores de sucesso sempre que necessário. Da discussão promovida no GTT foi aprovada, na 5.ª reunião do grupo, uma proposta de alteração do conteúdo do quadro 9 do CCV a submeter à aprovação da Coligação.

A proposta foi aprovada conforme a tabela infra.



Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Atualização Iniciativas	90	18/12/2017

Tabela: Alteração às iniciativas ITE pelo GTT ITE (base: quadro 9 do CCV) e informação de monitorização

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto focal para o acompanhamento (PFA)	Também relevante para
IND 1 ⁱ	Desenvolver parques industriais e Zonas Empresariais Responsáveis (ZER) para otimização dos fluxos de recursos entre indústrias	<ul style="list-style-type: none"> » Número de parques industriais (incluindo eco-parques) e Zonas Empresariais Responsáveis (ZER)ⁱⁱ » Número de estabelecimentos industriais instalados em parques industriais (incluindo eco-parques) e Zonas Empresariais Responsáveis (ZER) por CAE 	<p>E (políticas): Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio - Sistema da Indústria Responsável (SIR)</p> <p>PFA: IAPMEI</p>	Água; Resíduos; Energia e clima; Mobilidade e transportes; Cidades e território; I&D&I
IND 2 (nova) ⁱⁱⁱ	Promover a utilização eficiente de recursos (materiais e energia) e as boas práticas de economia circular na indústria	<ul style="list-style-type: none"> » Número de simbioses industriais^{iv} » Número de projetos que promovam o UER e a economia circular^{iv} 	<p>E (políticas): Plano de ação para a economia circular</p> <p>E (financeiro): Fundo Ambiental</p> <p>PFA: IAPMEI</p>	Água; Resíduos; Energia e Clima; Mobilidade e transportes; Cidades e território, Financiamento, Fiscalidade, I&D&I
IND 3 (antiga IND 2)	Promover a cogeração como forma de aumento da eficiência energética dos processos produtivos, minimizando o ónus para os consumidores de energia e removendo barreiras artificiais não ambientais ligadas ao licenciamento	<ul style="list-style-type: none"> » Número de instalações com sistemas de cogeração por setor » Potência instalada (MW) renovável e não renovável » Produção de energia elétrica e calor (MWh) por setor 	<p>E (políticas) PNAEE 2016; Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril; Portaria n.º 173/2016, de 21 de junho</p> <p>PFA: DGEG</p>	Energia e clima; I&D&I
IND 4 (antiga IND 3)	Aumentar a percentagem de utilização de combustíveis alternativos no <i>mix</i> energético das indústrias transformadoras	» Percentagem de, resíduos não renováveis, lenhas e resíduos vegetais, biogás, biocombustíveis e outras renováveis como fonte energética industrial	<p>E (políticas): PNAER 2020</p> <p>PFA: DGEG</p>	Resíduos; Energia e clima; Cidades e território; I&D&I
IND 5 (antigas IND 4 e IND 5)	Estimular a oferta e a procura de produtos e serviços com impacte ambiental reduzido, nomeadamente através de certificação e conceção ecológica dos produtos e serviços ^v	<ul style="list-style-type: none"> » Número de estabelecimentos industriais com certificação EMAS e/ou ISO 14001 » Número de produtos e serviços com rótulos e declarações ambientais de acordo com os princípios orientadores da norma ISO 14024 » Número de produtos com Declaração Ambiental de Produto (DAP) de acordo com a ISO 14025 ou EN 15804 » Número de organizações com certificação ISO 14006 ou Sistemas 	<p>E (políticas): PNAEE 2016; Diretiva <i>EcoDesign</i>; Decreto-Lei n.º 95/2012, de 20 de abril; Regulamento (CE) n.º 1221/2009, de 25 de novembro; Regulamento (CE) N.º 66/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, relativo a um sistema de rótulo ecológico da UE</p> <p>PFA: DGEG; APA</p>	Água; Resíduos; Energia e clima; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; I&D&I; Informação e participação

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Atualização Iniciativas	90	18/12/2017

		de Gestão Ambiental <i>EcoDesign</i> , UNE 150301:2003 » Número de projetos no âmbito SIFIDE com majoração <i>EcoDesign</i>		
IND 6	Melhorar a interoperabilidade entre o LUA e as plataformas de licenciamento industrial	» Implementação no SIR das funcionalidades de "submissão faseada", de "renovação" e "caso a caso"	E (políticas): Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio (Sistema da Indústria Responsável) e Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio (Licenciamento Único Ambiental) PFA: APA/IAPMEI	Água; Resíduos; Agricultura e florestas; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Turismo; Informação e participação
IND 7	Promover o desenvolvimento da indústria extrativa assente nas melhores práticas de sustentabilidade ^{vi}	» Número de contratos assinados para a prospeção e pesquisa de recursos geológicos » Número de contratos assinados para a exploração de depósitos minerais (Minas) » Número de novos licenciamentos atribuídos para a exploração de massas minerais (Pedreiras) » Número médio de dias para assinatura dos contratos ou para a atribuição dos licenciamentos, desde a entrada do processo até à atribuição do título de acesso à atividade » Percentagem de superfície total de antigas áreas mineiras recuperadas face às principais áreas inventariadas	E (políticas): Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais (ENRG-RM 2020); Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho PFA: DGEG	Resíduos; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território
IND 8 Iniciativa em <i>stand by</i>	Desenvolver a indústria extrativa de hidrocarbonetos assente nas melhores práticas de <i>Health, Safety and Environment</i>	» Número de contratos assinados <i>on-shore</i> e <i>off-shore</i> » Número de Km ² objeto de estudos de prospeção e pesquisa <i>on-shore</i> e <i>off-shore</i> » Número de metros de sondagens realizados <i>on-shore</i> e <i>off-shore</i> por ano » Percentagem de energia consumida numa instalação de exploração e produção de petróleo e gás proveniente de fontes de energia renovável	E (políticas): Decreto-Lei n.º 109/94, de 26 de abril; Diretiva 2013/30/EU PFA: DGEG; DGRM	Energia e clima; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Mar

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Atualização Iniciativas	90	18/12/2017

		» A percentagem de água tratada reutilizada na instalação de exploração e produção de petróleo e gás		
IND 9 ^{vii}	Facilitar o acesso e cruzamento de dados espaciais (Recursos Geológicos e Ordenamento do Território) por parte dos agentes públicos e privados nos Geoportais existentes	<p>» Percentagem de território com informação geológica atualizada e disponível na forma de cartas geológicas</p> <p>» Percentagem de território com informação geológica atualizada e disponível na forma de cartas de recursos</p>	E (políticas): Diretiva n.º 2007/2/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de março (INSPIRE); Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais (ENRG-RM 2020) PFA: LNEG	Água; Resíduos; Energia e clima; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Informação e participação
IND 10 Iniciativa em <i>stand-by</i>	Divulgar e internacionalizar o setor extrativo acompanhando de uma forma muito próxima os investidores através de um Balcão Único Mineiro e recolhendo informação que permita identificar quais as estratégias mais eficazes de captação de investimento	<p>» Número de contratos de prospeção e pesquisa de recursos geológicos, respetivas áreas e investimento, em que estejam envolvidos investidores externos</p> <p>» Número de contratos de exploração de depósitos minerais em que estejam envolvidos investidores externos e respetivos investimentos</p> <p>» Número de licenciamentos de massas minerais em que estejam envolvidos investidores externos e respetivos investimentos</p>	E (políticas): Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais (ENRG-RM 2020); Plano do Fomento Mineiro PFA: DGEG	Promoção internacional; Informação e participação

ⁱ No futuro, deverá ser equacionada a inclusão de Indicador de Sucesso, na linha do que consta do documento original que se refere ao VAB industrial criado pelas indústrias instaladas em parques industriais e ZER. O GTT deverá produzir recomendações neste sentido ou desenvolver trabalho no sentido deste tipo de informação vir a ser recolhida.

ⁱⁱ O apuramento dos parques industriais existentes terá por base informação disponibilizada pelo IAPMEI relativa a 2012 que será a informação de referência. Para o futuro assume-se a necessidade de um questionário/inquérito que permita a atualização dessa informação e sua subsequente monitorização ou qualquer outra metodologia, a estudar e definir, para apuramento desta informação.

ⁱⁱⁱ No futuro deverá ser equacionado o aprofundamento das questões relacionadas com a eficiência energética nos consumidores não intensivos de energia (consumos anuais até 500 tep) designadamente através de recomendações que melhorem a informação disponível e promovam a implementação de medidas nesse sentido.

^{iv} Os indicadores propostos não são monitorizados de uma forma sistemática contudo, dada a importância do conhecimento desta informação, o GTT ITE optou por monitorizar, pelo menos numa fase inicial, esta informação através de inquérito. Trata-se da aproximação possível à data cujos resultados poderão não representar a totalidade do universo. Deverão no futuro ser exploradas outras possibilidades de modo a melhorar os dados disponíveis tendo sempre em consideração que será importante conhecer o universo. Para esta monitorização, deverão ser definidos o conceito de "simbiose industrial" e o âmbito de abrangência dos conceitos "UER - Uso Eficiente de Recursos", "projetos" (que promovam UER) e de "Economia circular".

^v Recomenda-se que no futuro seja equacionado um IS relativo aos resultados da aplicação da família de normas 14020. Este IS permitirá o apuramento de resultados da aplicação da ISO 14021 relativa a Rótulos e declarações ambientais; Auto declarações ambientais (Rotulagem ambiental Tipo II) (ISO/FDIS 14021:2015) que, conjuntamente com universo abrangido pela aplicação da ISO 14024 relativa Rótulo Ecológico da União Europeia – Rotulagem ambiental Tipo I e da 14025 relativa Rótulos e declarações ambientais - Rotulagem tipo III, já monitorizados respetivamente pelos IS2 e IS3, darão uma ideia



Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Atualização Iniciativas	90	18/12/2017

mais concreta do estímulo à oferta que estes instrumentos podem produzir. Ainda assim, a monitorização da oferta por via da certificação e rotulagem é incompleta e o GTT deve equacionar outras formas de melhor conhecer este universo. Paralelamente, deverão ser trabalhados os aspetos relacionados com o conhecimento da procura pois nenhum indicador foi encontrado para este efeito. Neste contexto, um trabalho conjunto com o GTT da Contratação Pública poderá ser frutífero.

^{vi} No futuro deverá ser equacionada a monitorização de parâmetros que permitam melhorar o conhecimento sobre o desempenho económico e ambiental destas atividades e as boas práticas utilizadas, designadamente em matéria de uso eficiente de recursos. Igualmente relevante será conhecer as áreas recuperadas vs as áreas de exploração de massas minerais.

^{vii} No futuro, deverá ser equacionada a inclusão de indicadores sobre a qualidade do serviço, designadamente os previstos na Diretiva INSPIRE.

Documento Final



Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Atualização Iniciativas	90	18/12/2017